



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Marília



**CULTURA
ACADÊMICA**
Editora

Fortes instabilidades, crises à vista

Lúcio Flávio Rodrigues de Almeida

Como citar: ALMEIDA, Lúcio Flávio Rodrigues de. Fortes instabilidades, crises à vista. *In:* PINHEIRO, Jair (org.). **Marx:** crise e transição: contribuições para o debate hoje. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014. p. 127-146.
DOI: <https://doi.org/10.36311/2014.978-85-7983-597-1.p127-146>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

FORTES INSTABILIDADES, CRISES À VISTA

Lúcio Flávio Rodrigues de Almeida

ELEMENTOS PARA UM CONCEITO DE CRISE

Nas formações sociais capitalistas, as ideologias teóricas, bem como os grandes meios de comunicação, apresentam a crise como um caso desviante e, neste sentido, uma patologia. Segundo estas abordagens orientadas pela ideologia burguesa, a sociedade capitalista é essencialmente harmônica e, se bem conduzida, imune a crises. Estas se devem, portanto, à interferência de um agente externo ao sistema: incompetência dos dirigentes, conflitos militares, fenômenos climáticos, infiltração de portadores de ideias estranhas a determinados movimentos (quase invariavelmente de trabalhadores), passando por pressões coletivas (quase sempre de trabalhadores). Neste último caso, um grave sinal de patologia do movimento é seu caráter “político” e/ou “ideológico”. Em suma, a crise é relacionada com algo de fora que se introduz e infecta um organismo supostamente saudável.

As manifestações de junho/julho de 2013 no Brasil forneceram excelentes oportunidades para este tipo de avaliação. Diante do cerco que populares impunham ao palácio do governo do Estado do Rio de Janeiro, não faltou quem insistisse em desqualificar o movimento atribuindo-lhe um caráter político e/ou ideológico, como se isto fosse uma desqualificação (especialmente quando vinda por profissionais da política institucional ou

fortes dispositivos de reprodução ideológica, como é o caso dos grandes meios de comunicação de massa). Pior ainda: no interior desta minoria de “elementos infiltrados” (a maioria é naturalmente ordeira e pacífica, ou seja, conformista), alojava-se uma ativíssima microminoria de vândalos.

Algumas teorias sociais até hoje fortíssimas têm, inclusive, grande dificuldade para trabalhar com o conceito de contradição. É o caso, por exemplo, da Escola Francesa de Sociologia, onde predominam as ideias de coesão – desagregação. Em Durkheim, por exemplo, sociedade é praticamente identificada a consenso, procedimento que, no lugar de crise, abre espaço para a noção de anomia. Esta concepção se expressa, em várias obras acadêmicas e na própria linguagem corrente, como “esgarçamento” ou “perda de coesão do tecido social”. Com algumas diferenças secundárias, a concepção de crise como uma patologia de origem extrínseca ao sistema não é exclusiva das correntes organicistas. Basta observarmos como a imensa maioria dos liberais se refere à atual crise do capitalismo. Neste caso, concebe-se a sociedade como um aglomerado de indivíduos livres, iguais e competitivos, na qual a soma dos egoísmos privados resulta no bem comum. Aqui, a explicação da crise apela para acidentes naturais e/ou intervenções desastradas do Estado na vida social em um sentido mais amplo e, mais especificamente nas relações econômicas, vistas essencialmente como relações de mercado dotadas de um mecanismo de autorregulação que ou é plenamente eficaz ou, mesmo não o sendo, jamais melhorará (muito pelo contrário) com a interferência de algum agente externo (seja o Estado ou a pressão coletiva). Daí a infinidade de clichês do tipo “o remédio era apropriado, mas demorou a ser dado”; ou “foi aplicado em doses cavalares, o que é o maior dos venenos”; ou – supremo pecado – o governo cedeu aos impulsos “populistas” e se recusou a adotar “medidas amargas”, expressão que quase sempre alude a políticas de revitalização dos mecanismos de mercado, mas que, em termos efetivos, sinalizam aumento da exploração, em última análise, dos trabalhadores por grandes capitalistas nativos e transnacionais.

Um conceito marxista de crise, que é o que pretendo explorar aqui, parte de pressupostos totalmente outros. A crise não é concebida como algo patológico e de origem externa, mas como expressão de profundas contradições intrínsecas, ao menos como potencialidade, a uma

formação social complexamente estruturada. Não me restrinjo a uma contradição simples, como nas abordagens que se limitam a observar a relação capital X trabalho (ou mesmo burguesia X proletariado). Trata-se de uma condensação de um conjunto complexo e dinâmico de contradições, cabendo, portanto, em uma conjuntura de crise, examinar a contradição principal, as contradições secundárias, o aspecto principal da contradição principal etc. (ALTHUSSER, 1979).

A concepção de crise que adoto supõe uma apropriação seletiva das teses elaboradas na última fase da trajetória teórico-política de Nicos Poulantzas (1978, p. 6), apropriação cujos critérios não serão explicitados aqui. Segundo este autor, para quem a crise é “uma situação particular de condensação das contradições” e a crise política, tomada em sentido estrito, é constituída por “uma série de traços particulares resultantes desta condensação das contradições no domínio político, e que afetam tanto as relações de classe em sua luta política como o aparelho de Estado.” (POULANTZAS, p. 9). Apenas observo que “condensação de contradições” se refere a situações de crise provocadas pelas práticas de classes, nada tendo a ver com a conceituação de Estado pelo autor grego como “a condensação material de uma relação de forças entre classes e frações de classe.” (POULANTZAS, 1978, p.141)¹.

È impressionante como, ao lermos a passagens do *Manifesto do Partido Comunista*, publicado em 1848, percebemos que, já naquela época, dois jovens, Marx e Engels (2013), apresentavam a crise econômica do capitalismo como algo banal – embora trágico – determinado fundamentalmente pela contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais de produção. Esta explicação, ainda apresentada quando Marx sequer tinha formulado teoricamente a distinção entre trabalho e força de trabalho, foi desenvolvida e até hoje apresenta um extraordinário vigor teórico, especialmente com a planetarização tendencial deste modo de produção.

Em 2008, uma estação de rádio paulistana me convidou para, na condição de marxista, debater com um liberal e um keynesiano (critério dos organizadores do programa) a crise econômica mundial. Aproveitei a

¹ A este respeito, ver o instigante texto de Danilo Martuscelli (2012, p.18).

oportunidade para lançar um desafio aos liberais: o caráter virtualmente planetário da crise econômica do capitalismo significa que, por uma incrível coincidência, todos os chefes de Estado, chefes de governo, dirigentes de bancos centrais etc. tiveram um acesso de incompetência? É claro que uma explicação desse tipo não faria o menor sentido.

Mas isto não impede que, por exemplo, que um documentário sofisticado e altamente informativo, *Inside Job* (no Brasil, *Trabalho Interno*), apele para explicações simplistas da crise. O filme é muito bom do ponto de vista empírico, com registros iconográficos impressionantes. Seu principal problema consiste em apresentar a crise capitalista como provocada essencialmente pela voracidade de alguns indivíduos, a qual ultrapassou qualquer limite de responsabilidade. Um bando de gananciosos que ocupavam e ocupam posições de liderança nas grandes corporações e exercem influência desmesurada sobre o pessoal político e intelectuais acadêmicos, com especial destaque para os economistas de uma importante universidade nova-iorquina, levou a economia mundial, a começar pela estadunidense, a um impasse profundo.

Mas, neste documentário, não se explica, em primeiro lugar, porque existem estas grandes corporações, o que implicaria abordar a dinâmica da acumulação

capitalista, especialmente os determinantes do processo de concentração e centralização do capital. Tampouco se examinam as relações de dominação e exploração de classe e qual o papel que o Estado burguês desempenha no sentido de assegurar as condições políticas de reprodução destas relações. Embora faça uma denúncia candente, o filme, ignorando todas essas questões, fica aprisionado no interior do universo ideológico burguês.

Em contrapartida, o que se trata aqui é de tratar a crise como intrínseca a um determinado ordenamento social, isto é, sob as coordenadas do modo de produção capitalista ou, de uma maneira mais concreta, como expressão de um complexo de contradições que jamais se reduzem à contradição fundamental, embora possam se tornar dominadas por ela. É claro que numa formação social capitalista, ou seja, em uma formação social dominada pelo modo de produção capitalista, mas onde existem outros modos e formas de produção articuladas a ele, o leque de contradi-

ções é extremamente mais amplo e muito mais complexo. Por exemplo, se ao analisarmos a formação social brasileira deste início de século levando em conta apenas a contradição capital X trabalho, não se conseguirá compreender sequer o movimento estudantil, especialmente o das universidades públicas, onde ele é tradicionalmente mais combativo e expressa historicamente tendências ideológicas de segmentos das camadas superiores e intermediárias da classe média brasileira.

Neste sentido, estudar uma crise é se deparar cientificamente com um processo complexo de condensação de várias contradições, das quais uma é principal e outras, secundárias. E não basta detectar a contradição principal, mas também o aspecto principal desta contradição, principalidades que, por sua vez, não são fixas, podendo se deslocar para o outro polo (ALTHUSSER, 1979, p.170). Isto implica um estudo muito acurado que sempre leve em conta a dimensão interna e a dimensão externa a uma formação social que, naquele momento, estaria passando por uma crise determinada.

É muito comum as pessoas avisarem para não virem algum país (a Grécia, por exemplo) porque este está em crise. Claro que, do ponto de vista turístico, isto faz todo o sentido. Mas, do ponto de vista científico, surge a possibilidade de ocorrer o oposto: a crise, desde que bem decifrada, seja o melhor momento para se conhecer profundamente uma formação social, especialmente no que se refere aos vínculos entre estrutura e conjuntura. Todavia, como o fascismo e o nazismo demonstraram de forma brutal, isto não significa necessariamente qualquer transparência das relações sociais que se veriam desvinculadas de qualquer ideologia. Caso, por exemplo, as forças anticapitalistas estejam derrotadas, pode-se abrir a possibilidade de se deixarem arrastar pelo fascismo, como ocorreu na Itália e na Alemanha (POULANTZAS, 1978c, p. 67). Ou podem até estar em ascensão e se politizarem, mas ainda sem condições ideológicas e organizacionais de enfrentarem um bloco burguês que conseguiu reforçar sua coesão, como ocorreu no Brasil no período 1961-64².

Também cabe observar que uma crise econômica não necessariamente se desdobra em crise política. Deixada a si mesma, a crise econômi-

² Esta hipótese pode se embasar em diversas pesquisas sobre o processo que desembocou no golpe de 1964. Por exemplo, Dreifus (1981) e Toledo (1984).

ca é superável, de um modo ou de outro, em favor de uma nova expansão capitalista (MARX; ENGELS, 2013). O que a crises econômicas podem abrir são possibilidades de politização tanto pelos dominantes como pelos dominados. Em um caso como no outro, dependendo da correlação de forças entre as classes sociais (e das relações no interior do bloco no poder), estas crises podem se restringir a crises de governo, ampliar-se para crises de regime e até se transformarem em crises de Estado. Neste último caso, abre-se a possibilidade de uma crise estrutural ou, como conceituou Gramsci, uma crise orgânica, a qual afeta o conjunto das relações sociais (crise econômica, crise política e, acrescento o que para muitos já está plenamente contido nesta última, crise ideológica). Observe-se que, aqui, “estrutural” não se opõe a conjuntural, o que nos levaria a supor que o capitalismo está sempre em crise, restando apenas as condições subjetivas para derrubá-lo de uma vez por todas. O conceito de estrutural refere-se ao caráter (dimensões e profundidade) desta crise que pode irromper em uma conjuntura determinada. Em outros termos, certas conjunturas de uma ou mais formações sociais podem ser marcadas por uma crise estrutural. Neste caso, dependendo da capacidade de organização e luta dos dominados, pode ocorrer uma crise revolucionária com perspectivas concretas de transformação social (POULANTZAS, 1977, p.10)³.

Enfim, esta tentativa de sinalizar a complexidade do conceito de crise incorpora, como se vê, a importância da dimensão institucional. Mas, de forma alguma incorre na inversão de uma problemática estéril do tipo primazia da economia – primado das instituições. Como observou Poulantzas (1978c), as instituições não determinam os antagonismos sociais. Elas são comandadas pelas lutas de classes.

Examinemos brevemente o que se passa com a atual crise econômica capitalista, chamando, de imediato, atenção para o seu caráter praticamente planetário.

³ A este respeito da crise orgânica ou estrutural, remeto ao já mencionado texto de Martuscelli (2010) e também, em uma perspectiva gramsciana, a Bianchi (2002, p. 37).

ASPECTOS DA ATUAL CRISE DO CAPITALISMO

Vivemos em uma nova fase de transnacionalização desigual do capitalismo. Este processo de transnacionalização perpassa profundamente as formações sociais nacionais, embora, de forma alguma as dissolva ou as torne irrelevantes (ALMEIDA, 1999). O que muitos chamam de globalização não somente mantém em novos termos as particularidades das formações estatais nacionais, como aumenta a sobrecarga (e, logo, a importância) dos Estados dependentes em sua tarefa de, ao mesmo tempo, organizar os interesses do conjunto das frações burguesas, inclusive conferindo um caráter nacional aos da burguesia imperialista presentes na formação social; e apresentar-se como um Estado nacional e popular, ou seja, um Estado voltado fundamentalmente para a realização do chamado bem comum (ALMEIDA, 2004, p.344-5).

Esta amplitude já distingue a crise atual da que se deflagrou nos idos de 1929. Basta pensar no que era a China naquela época – uma semi-colônia totalmente pré-capitalista – e levar conta a situação da China no mundo de hoje. O mesmo se aplica, aliás, a grande parte do mundo que, na virada dos anos 20 pra os 30 do século passado, era predominante colonial e semicolonial. E vale para a ex-URSS, na época amplamente fechada ao chamado Ocidente e onde ainda se procurava avançar em um processo de transição para o socialismo.

O capitalismo se expandiu em escala mundial e se transnacionalizou, o que, ao contrário do que afirmam importantes autores como Negri e Hardt (2001, p. 354-8), não elimina, de forma alguma, as formações estatais-nacionais, embora as perpassasse profundamente. Quem, à maneira dos dois autores, considera que “o declínio do Estado-nação [...] é um processo estrutural irreversível” precisa informar isso ao pessoal na China, onde assistimos a um formidável e veloz processo de desenvolvimento capitalista, constituição de um Estado nacional inclusa, o que implica profundas transformações sociais. O mesmo ocorre na Índia (e estamos falando dos dois países mais populosos do planeta) e também, sempre de um modo específico, em frente ao Brasil, do outro lado do Atlântico, na África do Sul. Em suma, apesar do discurso globalista, ocorrem diante de nossos olhos megaprocessos de constituição de Estados nacionais, cujos desfechos estão, obviamente, em aberto.

Na atual crise econômica, o papel do Estado francês tem sido fundamental para salvar o capitalismo gaulês; e o mesmo ocorreu com o Estado alemão frente à economia da mais pujante formação social da União Europeia. Sem falarmos na importância do Estado dependente brasileiro para salvar a GM, a Ford e outras montadoras com sede em países imperialistas onde a crise foi, até agora, bem mais intensa.

Na totalidade das formações sociais imperialistas, esta crise econômica do capitalismo é muito intensa, mas ainda não teve, da parte dos dominados, uma resposta política à altura. Nos Estados Unidos da América, movimentos como o *occupy* não se constituíram em alternativas sérias sequer ao ordenamento institucional, sistema partidário incluso.

No Japão, assim como nos países membros da União Europeia, a principal tendência, na atualidade, é o recrudescimento de nacionalismos contracionistas. Nestes países, existe o sério risco de lutas operárias e populares, que não conseguem sair da defensiva política, deixarem o caminho aberto para uma ofensiva burguesa contra os trabalhadores, a qual poderá contar com a participação, em maior ou menor escala, das classes populares, inclusive dos próprios trabalhadores, com vistas a assegurar os interesses fundamentais dos dominantes. É o caso da França, onde o Front National captura grande votação operária e pequeno-burguesa; e da Alemanha, cujo enfrentamento da crise econômica passa decisivamente por um extraordinário processo de precarização das relações de trabalho e pela pressão imperialista sobre formações sociais da periferia da União Europeia.

No sul da Europa, a crise econômica se politizou especialmente na Grécia, com um movimento popular combativo e forte presença do partido comunista. Ocorreu, inclusive, importante tentativa de articular a questão nacional ao anticapitalismo, o que abriria perspectivas de uma luta anti-imperialista. Ao mesmo tempo abriu-se uma polarização ideológica, com grandes greves de trabalhadores de um lado e, de outro, a reaparição do nazismo na cena política. Todavia, até o momento, as forças populares gregas recuam diante de mera possibilidade de abandonar a União Europeia, o que significa extrema fragilidade da luta anti-imperialista. E foi superada a própria crise do governo, com a recomposição da cena política e a escolha de um primeiro-ministro ligado diretamente à chamada

Troika (Comissão Europeia, Banco Central Europeu e Fundo Monetário Internacional). É mais fácil encontrar uma politização da crise na periferia da União Europeia, especialmente na Grécia, onde existe um movimento popular combativo e a forte presença no seu interior de um partido comunista. Isto ocorre em escalar bem menos significativa nos países ibéricos.

No mundo árabe, a situação é terrível do ponto de vista humano, mas não há uma situação revolucionária por lá. A chamada Primavera Árabe não teve, até o momento, qualquer similitude com a Primavera dos Povos que se abriu nos idos de 1848. Ocorreu a derrubada de uma ditadura na Tunísia e, na Líbia, a derrubada da ditadura e a desorganização do Estado, sem qualquer avanço sociopolítico. No Egito, onde a situação é bem mais complexa, existe uma situação que nos convida a, de certo modo, aludir à célebre formulação de Lenin, segundo a qual ocorre uma crise revolucionária quando os de baixo não querem e os de cima não mais conseguem viver à moda antiga. Só que, nesse país, a impressão é que muitos dos de baixo não querem viver à moda antiga – a ordem sociopolítica dos tempos de Mubarak -, mas tentam restaurar uma certa moda ainda mais antiga, numa forte utopia regressiva; enquanto outros, de modo reativo, buscam uma espécie de socorro em uma tutela militar modernizada por uma fachada mais democrática. Portanto, apesar de inúmeros episódios de grande heroísmo popular, especialmente na Praça Tahir, nada existe de parecido com uma crise revolucionária. Os dominados não se organizaram autonomamente e as estruturas de dominação de classe permanecem à margem de qualquer questionamento mais profundo. Todavia, é pouco provável que esta situação se estabilize, seja por conta das relações internas à formação social egípcia, seja em razão de tensa e dinâmica situação sociopolítica (inclusive geopolítica) do Oriente Médio.

A situação sinaliza que algo vai mal no capitalismo em tempos de provável esgotamento da atual fase de transnacionalização, especialmente se nos lembrarmos do ufanismo reinante nos primeiros anos do pós-Guerra Fria. Mas eu gostaria de mencionar algo que me parece mais profundo e se manifesta recorrentemente no berço do imperialismo. Trata-se da crise do ideário liberal-democrata e – mais ainda – da contração que este regime tem sofrido efetivamente.

No interior da União Europeia, aumenta a sensação de que a políticas estatais se repetem um tanto monotonamente sob a batuta deste ou daquele partido no governo, quer se apresente como de esquerda ou de direita. Já se cunhou, inclusive, o nome “voto sanção” para o comportamento eleitoral que consiste em “punir” o partido no governo, desalojando-o por meio do voto na oposição. Isto, que antes fazia as delícias dos que saudavam a alternância dos partidos no “poder”, tem mostrado a grande número dos eleitores que, sejam de esquerda ou de direita, o partidos, quando vitoriosos nas urnas, constituem governos cujas políticas são quase indistinguíveis das implementadas por seus adversários. Como já vimos, esta situação adquiriu contornos ainda mais dramáticos na periferia da União Europeia, onde prevalecem políticas ditadas pelos países situados mais ao norte, liderados pelo Estado alemão (ANDERSON, 2012).

Nos Estados Unidos, a contração da liberal-democracia recebeu forte impulso após os atentados de 11 de setembro de 2001 e encontra sua maior expressão no *Patriot Act*, que suspende boa parte dos direitos políticos e até mesmo civis. No momento, a forte polarização ideológica se expressa principalmente no plano eleitoral, levando o sistema bipartidário a uma situação paradoxal: é o catalizador desta polarização, mas nenhum dos dois partidos defende efetivamente políticas cujas diferenças estejam à altura das divergências que absorvem. A explicação deste paradoxo talvez passe pela maior capacidade do Partido Democrata para implementar pragmaticamente políticas voltadas para a manutenção da ordem, mote caro aos republicanos que, em grande parte, quando na oposição, exacerbam delírios ideológicos e, no governo, partem, sem medir os custos, para a ofensiva interna e externa. A maior ou menor duração desta divisão de tarefas, onde uns retocam os rombos políticos feitos pelos outros, depende não somente das relações sociais internas à formação social estadunidense, o que passa, no curto prazo, pela superação da crise econômica, mas também pela capacidade de reinserção internacional da superpotência imperialista.

O que nos leva a mencionar um segundo sinal de profunda instabilidade do mundo capitalista: a constante agressão pelos EUA, secundado por outras potências imperialistas (e, às vezes, em contradição com elas), ao frágil direito internacional. Neste caso, limito-me a mencionar brevemente a agressão militar ao Iraque e à Líbia; as perseguições implacáveis a Julien

Assange e Edgar Snowden; no contexto desta última, o virtual sequestro do avião que transportava o presidente da Bolívia; e os recentes progressos nas práticas de espionagem a governos em várias partes do mundo.

Todavia, a mais importante expressão da existência de uma séria crise latente no capitalismo contemporâneo antecede a atual crise econômica e mesmo os atentados de setembro de 2001. O capitalismo passa por uma crise ideológica tremendamente complicada, que é a crise da ideologia da cidadania.

Cada vez mais, com crise econômica ou sem crise econômica, é difícil para o capitalismo, na China, Brasil, na Índia, na França etc., constituir a todos como membros plenos da comunidade nacional. Dois fortes sintomas desta incapacidade de expandir “simples” cidadania civil quando tanto se alardeia a liberdade são o racismo e o aumento do trabalho escravo.

Quando o âmbito espacial das relações sociais capitalista era menor, aquela tarefa parecia mais viável. Na Inglaterra, na França, na Suécia e mesmo no Brasil, com chamada cidadania regulada, parecia que o mundo se tornava rapidamente um conglomerado de comunidades de cidadãos⁴, para recorrermos a um dos sentidos mais sublimes conferidos às formações sociais estatais-nacionais. Hoje, um dos aspectos mais importantes da crise ideológica pela qual passa o capitalismo é exatamente a dificuldade de cumprir a referida promessa, sem o quê este modo de produção encontra sérias dificuldades para se reproduzir. Daí o discurso, também aprisionado pela ideologia burguesa, da inclusão social. Como numa espécie de jogo de espelhos, chama-se de exclusão a inclusão que efetivamente existe, acenando-se para uma “verdadeira” inclusão cujos contornos e lugares e vias de acesso ficam poucos definidos.

AS MANIFESTAÇÕES DE JUNHO E O NOVO CICLO DE EXPANSÃO CAPITALISTA DURANTE OS GOVERNOS DO PT

Creio que qualquer exame da formação social brasileira passa pela consideração da atual fase de transnacionalização do capitalismo.

⁴ Recorro ao título do livro um tanto apologético da Schnapper (1994).

Três aspectos desta nova situação do bloco no poder merecem destaque. Em primeiro lugar, fortes segmentos do capital transnacional se instalaram em diversos setores da formação social brasileira, inclusive na atividade industrial. Correlatamente a esta nova presença, desenvolveu-se uma burguesia interna. Trata-se de uma fração burguesa mais profundamente vinculada às atividades enraizadas nesta formação social. O que a distingue de uma burguesia nacional é sua incapacidade, devida à grande heterogeneidade e dependência em relação ao imperialismo, de se lançar em uma luta de libertação nacional. (POULANTZAS, 1978)⁵. Enfim, esta burguesia interna pode, não poucas vezes, agir como força política autônoma e desempenhar papel dirigente em processos de transição de regimes políticos. Foi o que ocorreu em Portugal, Grécia e Espanha, nos anos 70 do século XX (POULANTZAS, 1978); e, a meu ver, em momentos da longa e politicamente restrita transição da ditadura militar para a democracia burguesa no Brasil.

Quanto a este aspecto, avanço três hipóteses. A primeira é que a burguesia interna pode mesmo atuar como fração reinante (ou seja, com predomínio na cena política), mas, devido à sua extrema heterogeneidade, tem sérias dificuldades para desempenhar um papel hegemônico duradouro no interior do bloco no poder. No caso brasileiro atual, tem obtido grande sucesso, via governos liderados pelo Partido dos Trabalhadores, para arregimentar o apoio de amplos setores das classes populares, embora não tenha feito qualquer concessão político-econômica significativa a estas últimas. Em segundo lugar e em contrapartida, a fração hegemônica no bloco no poder, ou seja, aquela cujos interesses são privilegiados pela política de Estado, é, na formação social brasileira, a fração rentista da burguesia, fortemente vinculada ao capital imperialista. Enfim, arrisco a hipótese de que, no Brasil atual, esta fração de classe, embora tenha seus interesses fundamentais contemplados em momentos decisivos pelo sistema partidário, não dispõe de um partido que a represente com exclusividade na cena política⁶.

⁵ Armando Boito Jr, com vistas à análise do bloco no poder na formação social brasileira contemporânea, tem utilizado regularmente, com algumas reelaborações, o conceito de burguesia interna. Ver, por exemplo, Boito Jr. (2005, 2012).

⁶ Esta possibilidade é explicitada, em termos abstratos, por Nicos Poulantzas (1986, p. 244). No caso brasileiro, a teia de interesses que vinculam a fração rentista, por um lado, às demais participantes do bloco no poder e, por outro, ao campo imperialista, suprem com vantagem a ausência de um forte partido próprio. O aspecto mais

Também em relação às manifestações que ocorrem no Brasil nestes meses de junho-julho, talvez seja o caso de tentar convencer o pessoal que o Estado acabou. Pois grande parte das reivindicações é por políticas estatais. Menos violência do aparato repressivo; desmilitarização da PM; melhoria do transporte coletivo, o que passa por maior controle estatal; prioridade à expansão da rede de metrô e trens de superfície; políticas de saúde; menos gastos com os megaeventos esportivos etc. Manifestantes cercaram palácios e a chamada voz das ruas, com toda a sua polifonia, não clamou pelo protagonismo das organizações não governamentais. Tampouco se falou, por outro lado, em controle operário e popular do que quer seja (ALMEIDA, 2013, p. 5).

Se, no início, os grandes meios de comunicação criminalizaram fortemente as manifestações, em pouco tempo elas se tornaram objeto de verdadeira apologia, com a extraordinária redução dos “vândalos” à condição de minoria quase insignificante⁷. Iniciou-se um grande esforço de cooptação das manifestações por diversos dispositivos estatais e não estatais. Mencionem-se, a este respeito, três episódios, dois dos quais protagonizados pela presidenta da República e um por uma revista semanal que não morre de amores pelos governos do PT. Em 18 de junho, Dilma Rousseff pronunciou discurso em cadeia nacional, no qual elogiou os manifestantes, afirmando, inclusive que eles ajudaram a melhorar o Brasil. Partindo do discurso à prática, em 24 do mesmo mês, exatos 18 dias após o primeiro confronto do MPL com a Polícia Militar paulista neste ciclo de manifestações, recebeu líderes do movimento no Palácio do Planalto. Já a revista *Veja*, abandonou o discurso criminalizador e passou a defender as manifestações, chegando, inclusive, em chamada de capa, a especular sobre uma pauta de lutas: “Depois do preço das passagens, a vez da corrupção e da criminalidade?” (REVISTA VEJA, 2013).

Ao mesmo tempo, intensificou-se a ofensiva das frações de classe mais ligadas ao rentismo no sentido de enquadrar o governo Dilma Rousseff, arrancando-lhe cada vez mais concessões. Neste contexto, agora

visível (o que não significa que seja o fundamental) desta extraordinária capacidade de imprimir o selo de seus interesses à política de Estado é a permanente ameaça de “fuga de capitais”, com todas as implicações internas e externas que isto acarreta nas relações de classes e nos principais lugares do aparelho estatal.

⁷ Ver, a este respeito, a mudança efetuada, no lapso de 48 horas (13 e 15/junho/2013), nos editoriais da *Folha de S. Paulo*, Retomar a Paulista (criminalizando os manifestantes) e Agentes do Caos (contra a ação da Polícia Militar).

apimentado por boatos de golpe, a mesma vontade de ajudar se expressou na revista *Exame* (também do grupo Abril) de 26/06/13, cuja capa traz a foto da presidenta e a chamada “Como salvar o mandato de Dilma”. Na matéria principal, um elenco de oito medidas para que o governo recuperasse a “credibilidade perdida pelo Brasil nos últimos meses”: 1) em relação à infraestrutura e às concessões, “estimular, sem perda de tempo o investimento privado oferecendo taxas de retorno mais realistas”; 2) “perseguir os 4,5% da meta” de inflação; 3) “Acabar com as manobras contábeis e cumprir a meta de superávit primário”; 4) reduzir os impostos e simplificar o pagamento destes; 5) deixar de exigir que a Petrobrás participe de todos os projetos relativos ao Pré-Sal “reduzir o poder do Estado nos comitês que controlam os consórcios de exploração” de petróleo nesta área; 7) “Mudar a lei para incentivar a competição e o investimento” no setor de mineração; 8) “Mudar a regra do Mercosul que proíbe que seus membros fechem acordos bilaterais isoladamente e intensificar acordos de livre comércio”. (COMO..., 2013)

Portanto, mesmo este esboço de crise, que muitos insistiram em hiperdimensionar, tornou-se, no curto prazo, não apenas menos preocupante para o governo e as diferentes frações burguesas, mas também alvo de instrumentalização pelos círculos dominantes na política brasileira. Como que por encanto, mesmo os que se acostumaram a criminalizar manifestações populares se transformaram em atentos ouvintes da “voz das ruas”.

Alguns círculos da esquerda se habituaram a considerar, em geral, a crise como sendo fundamentalmente crise econômica. Não faltaram alusões às Jornadas de Junho, referência aos célebres dias de julho da Revolução de 1830, na França⁸. Houve, inclusive, quem apostasse em uma imediata greve geral que rapidamente abriria caminho para uma situação revolucionária. Como já vimos, existe um risco nesta concepção economicista de crise revolucionária. Ele consiste em supor que uma crise econômica do capitalismo automaticamente se desdobra em uma crise política e esta crise política necessariamente será revolucionária. Infelizmente não é assim que costuma acontecer. Nem foi o que ocorreu neste país nos idos de junho/2013.

⁸ Ou mesmo de 1917, na Rússia.

Longe de uma patologia, as manifestações de junho (e um pouco as de julho) atualizaram um potencial de condensação de diversas contradições que – bem mais do que o “gigante” – estavam adormecidas no interior da formação social brasileira. Como veremos, o principal problema consiste em avaliar suas intensidades diferenciadas.

No Brasil, onde ainda não ocorre uma forte crise econômica do capitalismo, sinais da referida crise ideológica começam a aparecer em novos termos.

Arrisco a hipótese de que boa parte dos grandes economistas marxistas brasileiros está demasiado aprisionada no interior uma problemática pouco adequada à compreensão do conjunto da formação social durante os governos do PT: a polêmica sobre a existência ou não de desenvolvimentismo no período. O problema desta formulação que, embora de modo muito mais sofisticado, retoma uma velha contenda que tantos estragos produziu entre as forças voltadas para a transformação social, é que se oculta o fundamental do que realmente importa: as relações sociais, a começar pelas relações sociais de produção.

Na medida em que muitos concentram a atenção quase exclusivamente no extraordinário crescimento das exportações de bens primários, fica mais fácil defender a tese de que ocorre uma regressão (semi)colonial. Mas esta “reprimarização” da economia não faz do país uma formação social que regrediu ao período das capitânicas hereditárias. A Companhia Vale (antiga Vale do Rio Doce) não é parte de um dispositivo escravista voltado para a produção de bens coloniais. Tanto a Vale como o agronegócio têm se expandido no Brasil como empresas capitalistas. Como observou Márcio Pochmann (2012, p. 27), ocorreu, no período mencionado, a criação de mais de 20 milhões postos de trabalho com remuneração de até um salário-mínimo e meio.

Convém inserir este dado em relações sociais determinadas, até porque muitos se referem, de modo mistificador, ao surgimento de uma “nova classe média. Durante os anos Lula, ocorreu uma forte expansão capitalista e, com ela, uma extraordinária expansão do proletariado brasileiro (subproletariado incluso). Isto não significa que este processo dure para sempre. Em especial nas formações sociais dependentes, ciclos de desen-

volvimento capitalista podem se abruptamente interrompidos, com maior ou menor capacidade de retomada, como o demonstra o caso argentino e mesmo o do Brasil a partir dos anos 80 do século passado.

Sem levar em conta este processo de desenvolvimento capitalista dependente em uma formação onde a fração rentista da burguesia é hegemônica no interior do bloco no poder, fica difícil analisar grande parte das manifestações de junho (e julho), que ocorrem com grande variedade de composição social e motivações ideológicas. No Rio, onde a situação é muito mais complexa, se manifesta a presença, por um lado, de um grande contingente de subproletários e, por outro, da ação direta do Estado brasileiro nos planos municipal, estadual e federal, inclusive com o recurso às Forças Armadas. Unidades de Polícia Pacificadora e Força Nacional de Segurança Pública (com o olhar atento do Exército) expressam um importante aspecto da política do Estado brasileiro frente ao povo pobre das grandes e médias metrópoles deste país.

Em São Paulo, para nos determos em outro importante estado brasileiro, a presença de subproletários e segmentos da baixa classe média impulsionou a intensificação de fortes embates pela melhoria (inclusive gratuidade) do transporte coletivo e por habitação, os quais demonstraram grande capacidade de luta para a qual é, no mínimo, duvidoso que a maioria das esquerdas que se pretendem revolucionárias esteja minimamente preparada.

É difícil afirmar, pelo menos até hoje de manhã, que ocorre uma profunda crise do capitalismo brasileiro, embora ela se apresente em um horizonte bastante próximo, o qual já serve de referência para a ação política de distintas forças sociais. Mais difícil é demonstrar que ocorre uma recolonização do Brasil, tese que, como afirmei, deriva de uma análise limitada desta formação social.

E, de forma alguma, ingressamos em uma conjuntura de profunda crise política. Não existe sequer uma crise de governo ou das instituições da democracia liberal. Até o momento, nenhum vereador caiu; o deputado Marco Feliciano mantém-se firme na presidência da Comissão de Direitos Humanos, aonde chegou graças às negociações dirigidas pelo governo do PT; e, no Rio, o governador Sérgio Cabral, mesmo com o palácio e a residência cercados por manifestantes, tenta se segurar, inclusive oscilando

entre discursos contra os “vândalos”, “terroristas” e falas mais tocantes nas quais invoca sua condição de pai de família, ser humano etc.. Tanto o discurso criminalizador como o que apela para a consternação dos manifestantes não ocultam a firme disposição de permanecer no cargo, endurecer a legislação contra manifestações públicas e, no devido momento, sair do governo com vistas ao problemático controle sua própria sucessão.

Tampouco existe no Brasil uma crise de regime. Muito se fala em ameaça de golpe de Estado, mas nenhuma força sociopolítica relevante está empenhada nesta aventura.

Se não há uma crise governo nem uma crise de regime, muito menos ocorre uma crise de Estado, isto significa que tudo vai bem para a classe dominante neste país?

Em absoluto!

Já vimos como, em pouquíssimo tempo, vândalos se transformaram em patriota. Diante das manifestações, a presidenta da República acenou com a proposta de um plebiscito com vistas à instalação de uma Constituinte exclusiva. E, no país do futebol, manifestou-se uma pátria que descalçava as chuteiras em nome de políticas estatais voltadas para a melhoria das condições de vida da população.

No Brasil, manifestações de rua tornaram-se uma espécie de esporte nacional. Elas praticamente se autolegitimaram. Tornou-se difícil encontrar, nesta conjuntura, algum órgão de imprensa, um governador, um vereador que assuma clara posição contra elas. O número de “vândalos” foi reduzido a uma proporção infinitesimal, embora ritualmente condenada. Até o papa elogiou os jovens manifestantes e a “voz das ruas” subitamente recebeu obsequiosa atenção dos governantes e grandes meios de comunicação de massa.

A imensa maior parte dos jovens que foram às ruas tivera, até então, um aprendizado político restrito aos governos do PT caracterizado por políticas sociais de importância material inegável, mas forte conteúdo desmobilizador em relação aos dominados; um progressivo abandono de qualquer projeto de transformação ou mesmo de reformas sociais; e um pragmatismo que instila a desesperança e o cinismo por todos os poros. Do outro lado, cresceu o bombardeio de denúncias de corrupção executado

por forças conservadoras, o que inclui os mais importantes meios de comunicação de massa. Neste sentido, ir coletivamente às ruas, muitas vezes em confronto direto com o aparato repressivo, representou um extraordinário aprendizado político.

Como já observei, houve uma rápida tentativa de substituir o mero recurso ao aparato repressivo pela tentativa de hegemonizar as manifestações. Por outro lado, mesmo sem sermos triunfalistas, é impossível não observar que grande parte destas manifestações expressa um potencial disruptivo. Transpareceu o lado frágil daqueles que detêm o poder.

Sim, estas manifestações são bastante heterogêneas no que se refere à composição social e mesmo a determinantes regionais. Parte delas teve, inclusive, um inegável componente conservador, recorrendo à moralização superficial de questões sociopolíticas. Mas é inegável que a maioria delas, pela intensidade e pela originalidade, colocou o Brasil na linha de frente dos países onde eclodiram recentemente formas de presença coletiva na vida pública.

Cabe, em primeiro lugar, evitar uma postura triunfalista, até porque, como vimos, a ofensiva neoliberal se intensificou ao longo do primeiro semestre e, nestes meses de junho-julho, exerce forte pressão sobre o governo Dilma, que capitula em diversas frentes. Neste sentido, é importante insistir em que não nos deparamos com uma contradição simples, mas com um feixe de contradições muito complexas e dinâmicas.

De qualquer modo, é possível afirmar que nessas manifestações existe um imenso potencial de luta das classes dominadas, ou seja, do proletariado (subproletariado incluso) urbano, da baixa classe média e até de segmentos da alta classe média⁹. São forças vivas que, portanto, se movem, nem sempre no mesmo ritmo e no mesmo rumo. O grande desafio consiste em tornar cumulativa e dotada de um norte político boa parte desses movimentos. Aceitá-lo e vencê-lo é fundamental para enfrentarmos as situações de crise que se aproximam.

⁹ Para não mencionarmos as lutas dos trabalhadores rurais sem-terra que, embora tenha arrefecido durante os governos do PT, não podem, de modo algum, ser negligenciadas.

REFERÊNCIAS

AGENTES do caos. *Folha de S. Paulo*, 15 jun.2013. Opinião. Editorial. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2013/06/1295534-editorial-agentes-do-caos.shtml>>. Acesso em: 20 jun. 2013.

ALMEIDA, L. F. R. Fronteiras do marxismo: lutas sociais. In: NODERI, E.; PEDRO, J. M.; IOKOI, Z. (Org.). *História: fronteiras*. São Paulo: Humanitas,1999. v. 2. p. 563-581.

_____. Apontamentos sobre imperialismo, soberania e anti-imperialismo na alvorada do século XXI. In: MARTINS, C. E.; SÁ, F.; BRUCKMANN, M. (Org.). *Globalização: dimensão e alternativas*. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio; São Paulo: Loyola. v. 2. p. 344-363.

_____. Quatro questões sobre junho. *Jornal de Ciências Sociais*, Fundação Santo André, n. 5. , 2013.

ALTHUSSER, L. Sobre a dialética materialista. In: _____. *A favor de Marx*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. p. 169-193.

ANDERSON, P. (2012). A Europa diante da hegemonia alemã. *Le Monde Diplomatique*, n. 65, 04 dez. 2012. Disponível em: <<http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1315>>. Acesso em: 12 jun. 2013.

BIANCHI, A. Crise, política e economia no pensamento gramsciano. *Revista Novos Rumos*, ano 17, n. 36, 2002.

BOITO JR., A. A burguesia no Governo Lula. *Crítica Marxista*, n. 21, p. 52-76, 2005.

_____. A economia capitalista está em crise e as contradições tendem a se aguçar. *Brasil de Fato*, 09 abr. 2012. Edição n. 475. Disponível em: <<http://www.brasildefato.com.br/content/%E2%80%9C-economia-capitalista-est%C3%A1-em-crise-e-contradi%C3%A7%C3%B5es-tendem-se-agu%C3%A7ar%E2%80%9D>>. Acesso em: 12 jun. 2012.

COMO salvar o mandato de Dilma: oito medidas para recuperar a confiança no Brasil. *Exame*, 26 jun. 2013. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/revista-exame/edicoes/1044/>>. Acesso em: 20 jun. 2013.

DREIFUSS, R. A. *1964: a conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes, 1981.

INSIDE JOB. (Trabalho Interno). Documentário. Direção: Charles Ferguson. Roteiro: Adam Bolt e Chad Beck. Produção: Audrey Marrs e Charles Ferguson. Estados Unidos, 2010. (108 min.).

MARX, K.; ENGELS, F. *Manifesto do Partido Comunista*. 2013. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/marx/1848/ManifestoDoPartidoComunista/index.htm>>. Acesso em: 12 jun. 2013.

POULANTZAS, N. As transformações atuais do Estado, a crise política e a crise do Estado. In: _____. (Org.). *O Estado em crise*. Rio de Janeiro: Graal, 1977. p. 3-41.

_____. *Poder político e classes sociais*. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1986.

_____. *A crise das ditaduras: Portugal, Grécia, Espanha*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978a.

_____. *L'Etat, le pouvoir, le socialisme*. Paris: PUF, 1978b.

_____. *Fascismo e ditadura*. São Paulo: Martins Fontes, 1984c.

RETOMAR a Paulista. *Folha de S. Paulo*. 13 jun. 2013. Opinião.Editorial. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2013/06/1294185-editorial-retomar-a-paulista.shtml>>. acesso em: 20 jun. 2013.

REVISTA VEJA, São Paulo: Abril, 19 jun. 2013. Edição 2326.

SCHNAPPER, D. *La communauté des citoyens*. Paris: Gallimard, 1994.

_____. *Poder político e classes sociais*. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1986.

_____. *A crise das ditaduras: Portugal, Grécia, Espanha*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978a.

_____. *L'Etat, le pouvoir, le socialisme*. Paris: PUF, 1978b.

_____. *Fascismo e ditadura*. São Paulo: Martins Fontes, 1984c.

TOLEDO C. N. *O governo João Goulart e o golpe de 1964*. São Paulo: Brasiliense, 1984.